
PARENTALIDADE SÓCIO-AFETIVA: O AFETO COMO BASE ESTRUTURANTE DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

JULIANA CRISTINA GARDENAL

Especialista em Direito das Relações de Consumo pela PUC/SP; Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito, Mestranda em Direito das Relações Sociais, Subárea: Difusos e Coletivos pela PUC/SP; Advogada e Pesquisadora.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como tema a parentalidade sócio-afetiva (posse do estado de filho), um das grandes discussões do contemporâneo Direito de Família.

O afeto, como direito fundamental, remodelou a antiga estrutura da relação familiar biológica, antes expressão máxima da parentalidade, tornando-se sua base nuclear, aproximando a instituição jurídica da instituição social.

Amplio é o debate na doutrina, com presença consolidada em importantes decisões jurisprudenciais e o tema reflete sua importância no Direito de Família contemporâneo, merecendo o devido destaque. O enfoque, portanto, extrapolou os limites da biologia, para abraçar uma interpretação mais abrangente de filiação, capaz de assimilar a complexa formação da personalidade humana, longe de se restringir a laços meramente sanguíneos.

A verdade biológica tornou-se insuficiente na construção da filiação e dos laços de parentesco, tendo o afeto como elemento primordial na construção do núcleo familiar da atualidade.

A melhor doutrina e jurisprudência, atenta aos avanços sociais, técnicos e genéticos, deixou de considerar como sinônimas as expressões “genitor” e “pai”. No atual entendimento, portanto, não necessariamente aqueles que geram podem ser considerados efetivamente pais.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS: CONCEITOS QUE PERMEIAM O TEMA DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA.

A expressão parentalidade, ao invés de paternidade, parece mais adequada na definição dos vínculos paterno-filiais, ao abranger questões não apenas jurídicas, mas ainda sociais e psicológicas quanto à pessoa que cria, educa, convive, portanto presente material e afetivamente na vida de um filho, sem trazer na essência uma alusão ao gênero.

Maria Berenice Dias apresenta um posicionamento pertinente quanto à existência de um ranço cultural em se utilizar apenas a expressão paternidade, frente à diversidade de demandas em que se procura a definição dos vínculos paterno-filiais, e que o conceito de

parentalidade é mais abrangente e, portanto, mais adequado para identificar as diversas ações investigatórias.¹ Significa, do ponto de vista sociológico, a efetiva convivência, pressupõe afeto, respeito e a observância de direitos e deveres de ordem familiar.

Identificam-se, pelo menos, três tipos de parentalidade no sistema jurídico pátrio: a biológica, a jurídica e a afetiva, também denominada socioafetiva. Não é raro que essas três possibilidades estejam dissociadas do fator sanguíneo/ genético, tendo em vista o retrato atual da família, envolvendo mudança de valores em sua estrutura e composição, onde nem sempre aquele fornece material genético vivencia a experiência de ser pai ou mãe.

O advento da Constituição Federal de 1988 proibiu designações com caráter discriminatório quanto à filiação (artigo 227, §6º), consagrando-se a igualdade entre os filhos, repetido na íntegra pelo artigo 1.596 do atual Código Civil. À luz desta, portanto, os antigos princípios do Direito de Família foram renovados, oxigenados, para englobar a família contemporânea. Para Maria Berenice Dias, a expressão “direito de família” já perdeu significado. Atualmente, o uso plural “famílias” representa o alargamento conceitual que ocorreu na estrutura familiar, passando a abraçar todas as formas de convívio, todas as comunhões de vida, capazes de gerar comprometimento mútuo e responsabilidade recíprocos.² Desta forma, houve uma completa reformulação do significado de família.

O desenho familiar está cada vez mais longe da convencional pintura que remetia à estrutura do da união entre um homem e uma mulher unidos pelo laço do casamento cercados de filhos. Com o advento do divórcio e pelo desenvolvimento de novos tipos de convívio, que extrapolam os limites do gênero, o núcleo familiar sofreu grande transformação. Antigas expressões, carregadas de discriminação, que marginalizaram determinados núcleos familiares não mais encontram respaldo no atual ordenamento jurídico: famílias marginais, informais, extramatrimônias não têm mais lugar em um contexto que admite novas formatações, com forte caráter igualitário, seja com relação ao sexo e à idade, como ainda, flexíveis quanto suas temporalidades e seus componentes, muito mais ligados ao desejo do que a regramentos.³

Adotando-se uma visão pluralista, necessária para a compreensão da família contemporânea, percebe-se que o grande elemento que autoriza o reconhecimento dos arranjos de convivência é o vínculo afetivo, ou seja, o envolvimento emocional que une as pessoas com uma função instrumental focada na melhor realização dos interesses afetivos e essenciais de seus integrantes.⁴ O atual caráter plural das relações familiares, que se

¹ DIAS, M. B. Manual de direito das famílias... p. 345.

² DIAS, M. B. Op cit, p. 9.

³ PERROT, M. O nó e o ninho. p. 81.

⁴ DIAS, M. B. Op cit, p. 39.

admita que o rol apontado pelo artigo 226 da Constituição Federal de 1988 é meramente exemplificativo, apenas dotando as situações mais comuns de uma referência expressa. O caput do artigo 226 é uma cláusula geral de inclusão. Não faz referência a determinado tipo de família, como se verificou em Constituições anteriores ⁵, abrindo o sistema à tutela para qualquer família constituída socialmente, preenchendo esta os requisitos da afetividade, estabilidade e ostensibilidade ⁶.

A tentativa de se elencar um rol que apresente as novas formas de entidades familiares dispostas na atualidade também corre risco de parecer taxativo, já que a interpretação sistemática e teleológica da Constituição Federal aponta a idéia de inclusão de outros modelos familiares. Parece muito feliz a expressão *família mosaico* ou *famílias pluriparentais*, apresentando uma entidade familiar decorrente de vários casamentos, uniões estáveis ou ainda simples relacionamentos afetivos de seus membros, apontando as várias origens de seus membros, capaz de abraçar “os meus, os seus e os nossos”.⁷ Essa é certamente a nossa realidade atual.

A filiação pode resultar da posse do estado de filho, constituindo modalidade de parentesco civil de “outra origem”, portanto, incluindo a parentalidade sócio-afetiva, conforme indica o artigo 1.593 do atual Código Civil.⁸ Da mesma forma, o ordenamento jurídico reconhece a existência de um vínculo de filiação, mesmo diante da inexistência de laços sanguíneos, como se verifica na hipótese do artigo 1.597, inciso V do mesmo dispositivo.

Não é outro o fundamento que veda a desconstituição do registro de nascimento feito espontaneamente por quem tem o filho como seu, sabendo-se não ser o genitor. É com base neste contexto que se expõe uma importante decisão do Superior Tribunal de Justiça.

⁵ CF de 1967 e EC-1-1969: “Art 167 - A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.”

CF de 1946: “Art 163 - A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.”

CF de 1937: “Art 124 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.”

CF de 1934: “Art 144 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado.”

CF de 1891: “Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...) § 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.”

⁶ Neste sentido DIAS, M. B. Op cit, p. 39 e LÔBO, P. Famílias, p.60-1.

⁷ FERREIRA, J. S. A. B. N. RÖRHMANN, K. As famílias pluriparentais..., 2006.

⁸ O Enunciado 103 da I Jornada de Direito Civil do CJF, na interpretação do artigo 1.593 do atual Código Civil, corrobora o entendimento de que lei acolhe a paternidade sócio-afetiva, decorrente da posse do estado de filho. Neste sentido, ainda, os enunciados 256 da III Jornada, 339 e 341 da IV Jornada do CJF.

ACÓRDÃO ANALISADO: RECURSO ESPECIAL Nº. 878.941/ DF

O caso concreto que permeia o tema deste ensaio apóia-se no Recurso Especial nº 878.941/ DF⁹ da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no qual a Ministra Relatora Nancy Andrighi destaca a importância para o Direito do vínculo sócio-afetivo entre pais e filhos em detrimento ao critério biológico.

EMENTA: “RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO, AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO SANGUÍNEA ENTRE AS PARTES. IRRELEVÂNCIA DIANTE DO VÍNCULO SÓCIO-AFETIVO.”

A presente decisão tem como pano de fundo uma Ação Declaratória de Inexistência de Parentesco, oriunda do Distrito Federal, promovida pela tia, narrando suposto reconhecimento simulado de paternidade por parte de seu irmão para com a sobrinha, antes de seu falecimento, configurando assim falsidade ideológica.

A r. sentença proferida julgou procedente o pedido, declarando a inexistência de paternidade entre sobrinha e tio, determinando a retirada do patronímico paterno de seu assento de nascimento, assim como a exclusão dos nomes dos avós paternos. Na época, entendeu o magistrado que o declarante (tio) sabia da inexistência de vínculo biológico que amparava sua decisão, tendo em vista ação de investigação de paternidade anterior, transitada em julgado, que excluía o parentesco entre ambos.

Negou-se provimento ao recurso de Apelação, entendendo o Egrégio Tribunal *a quo* pela existência de falsidade ideológica quando do reconhecimento da então sobrinha, como se filha fosse do “de cujos”, sendo sua vontade insuficiente para convalidar o ato, nos seguintes termos:

“Civil e processo civil. Ação declaratória. Inexistência de filiação legítima. Registro Civil. Falsidade ideológica. Comprovação científica. Vontade do declarante. Irrelevância. Vício de forma. Nulidade. Petição Inicial inepta. Objeto do recurso. Não conhecimento. Efeito devolutivo. Ilegitimidade passiva. Legítimo interessado. Preliminares rejeitadas.

[...]

IV – Restando cientificamente comprovada a inexistência de vínculo genético, por exame de DNA, a falsidade ideológica da declaração de paternidade lançada em registro público resulta inarredável, sendo despiciendo, para tanto, adentrar a intenção do declarante, vez que apenas a vontade deste não se perfaz suficiente para convalidar o ato que, por inobservância da forma, exsurge nulo, fulminado de ilicitude. Recurso improvido.”

⁹ Superior Tribunal de Justiça, REsp 878.941/DF, processo nº 2006/0086284-0, Terceira Turma (T3), j. 21/08/2007, DJ 17/09/2007, p. 267.

A Recorrente opôs Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo Tribunal a quo, que os entendeu como meramente procrastinatórios, com a imposição de multa nos termos do artigo 538, parágrafo único do Código de Processo Civil.

O presente Recurso Especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “c” da Constituição Federal, pretendeu alertar o STJ de necessária interpretação diversa da legislação federal dada pelo Tribunal do Distrito Federal: ausência de paternidade biológica como causa suficiente para anulação do registro civil, em inobservância às decisões de outros Tribunais Estaduais, quando presente a filiação sócio-afetiva (posse do estado de filho). Portanto, claramente na contramão da História.

A Presidência do E. Tribunal *a quo* admitiu o Recurso Especial após a apresentação de contra-razões, com parecer contrário do Ministério Público, manifestando-se pelo não provimento do Recurso.

A Ministra Relatora Nancy Andrighi, em seu relatório, se apóia na evolução do conceito de filiação no direito brasileiro, com a relativização da verdade jurídica da filiação para avaliar o reconhecimento de filiação feito extrajudicialmente. Para os casos em que haja dissenso familiar, a jurisprudência e mesmo a evolução legislativa têm tratado o vínculo de parentesco sanguíneo como verdadeiro. O Direito deve optar entre uma ou outra verdade. No presente caso não houve divergência entre pai e filha, convivendo juntamente com a mãe até o falecimento, consolidada, portanto, uma relação de criação entre ambos.

O STJ tem oxigenando antigos conceitos, observando o aspecto social da família, levando em conta o desenvolvimento tecnológico, para então lançar um novo olhar sobre a questão:

“O STJ vem dando prioridade ao critério biológico para o reconhecimento da filiação naquelas circunstâncias em que há dissenso familiar, onde a relação sócio-afetiva desapareceu ou nunca existiu. Não se pode impor os deveres de cuidado, de carinho e de sustento a alguém que, não sendo o pai biológico, também não deseja ser pai sócio-afetivo. A ‘contrario sensu’, se o afeto persiste de forma que pais e filhos constroem uma relação de mútuo auxílio, respeito e amparo, é acertado desconsiderar o vínculo meramente sanguíneo, para reconhecer a existência de filiação jurídica. Recurso conhecido e provido.”

A recorrente foi criada desde seu nascimento como filha do “de cujos”, sendo reconhecida como tal por este antes de sua morte, com o seu consentimento. Duas “verdades” se confrontam: a biológica e a socioafetiva.

A criação de longa data se consolidou no reconhecimento questionado, não podendo o Direito deixar de atribuir efeitos à esta realidade cada vez mais comum em muitos lares

brasileiros, possível até mesmo seu reconhecimento sem a existência de laços biológicos, pautado na relação psico-afetiva do cotidiano, de forma sólida e duradoura.

Neste caso, onde há dissociação entre a verdade biológica e a afetiva, a jurisprudência do STJ tem optado pelo afeto para reconhecer a existência de uma filiação jurídica. A decisão muito se aproxima da realidade social, onde a convivência, experiência diárias são responsáveis pela construção da filiação e, assim, do núcleo familiar, pautada na declaração de vontades, ato dotado de validade e eficácia. Como os conceitos de paternidade biológica e socioafetiva são conceitos diversos, a existência anterior de decisão transitada em julgado que negou a paternidade biológica é incapaz de afetar o estado de filiação amparado pelo vínculo socioafetivo demonstrado no caso, como bem completou o Ministro Castro Filho, em seu voto-vista.¹⁰

Como apontou o Ministro Ruy Rosado de Aguiar na relatoria do Recurso Especial 440.394/RS, da Quarta Turma, ainda em 2003¹¹:

“Talvez mais importante, do que esclarecer a verdade biológica da paternidade seja manter a legitimidade da pessoa que exerce a função social de pai. No caso dos autos, porém, segundo reconhecimento nas instâncias ordinárias, isso não acontece porque há muito os laços entre as partes estão rompidos.”

Interessante também retomar as palavras do Ministro Eduardo Ribeiro, na relatoria do REsp 194.866/RS para complementar o tom que tem prevalecido no palco das decisões proferidas no STJ:

“As normas jurídicas não de ser entendidas, tendo em vista o contexto legal em que inseridas e considerando os valores tidos como válidos em determinado momento histórico. Não há como interpretar-se uma disposição, ignorando as profundas modificações por que passou a sociedade, desprezando os avanços da ciência e deixando de ter em conta as alterações de outras normas, pertinentes aos mesmos institutos jurídicos. Nos tempos atuais, não se justifica que a contestação da paternidade pelo marido, dos filhos nascidos de sua mulher, se restrinja às hipóteses do artigo 340 do Código Civil, quando a ciência fornece métodos notavelmente seguros para verificar a existência do vínculo de filiação.” (STJ, REsp 194.866/RS,

¹⁰ Neste sentido o Enunciado 339 da IV Jornada de Direito Civil do CJF: “A paternidade sócio-afetiva, calcada na vontade livre, não pode ser rompida em detrimento do melhor interesse do filho”.

¹¹ STJ, T4, REsp 440.394/RS, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 25/11/2002, DJ 10.02.2003, v.u, p. 221; RNDJ vol. 40, p. 106; RT vol. 814, p. 193. Ementa: “AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. União estável. Decadência. Não se reconhece a decadência do art. 178, § 3º, do CCivil para o companheiro propor a ação negatória de paternidade de filho nascido durante a união estável. Precedentes. Inexistência dos pressupostos que justificariam a preservação dos laços que decorrem da paternidade sócio-afetiva. Recurso conhecido e provido.”

Terceira Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 20/04/1999, DJ 14.06.1999, v.u., p. 188.)¹²

Nas palavras de Maria Berenice Dias:

“A paternidade não é só ato físico, mas, principalmente, um fato de opção, extrapolando os aspectos meramente biológicos, ou presumidamente biológicos, par adentrar com força e veemência na área afetiva. (...) Cabe ao direito identificar o vínculo de parentesco entre pai e filho como sendo o que confere a posse de estado de filho e ao genitor as responsabilidades decorrentes do poder familiar.”¹³

Complementando o raciocínio, Edson Luiz Fachin observa que a

“verdadeira paternidade pode também não se explicar apenas na autoria genética da descendência. Pai também é aquele que se revela no comportamento cotidiano, de forma sólida e duradoura, capaz de estreitar os laços de paternidade numa relação psico-afetiva, aquele, enfim, que além de poder lhe emprestar seu nome de família, o trata verdadeiramente como seu filho perante o ambiente social”.¹⁴

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o escopo legislativo da época se tornou obsoleto frente aos novos paradigmas. O Código Civil de 2002, apesar de apresentar significativos avanços frente à legislação de 1969, fora elaborado na década de 60, e já nasceu com um Livro dedicado à Família atrelado a concepções de um passado que traduzia uma instituição hierarquizada e patriarcal. O Estatuto das Famílias, Projeto de Lei nº 2.285/2007, propõe uma ampla reforma legislativa no sistema jurídico brasileiro no tocante à

¹² No mesmo sentido: REsp 4987/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 04/06/1991, DJ 28/10/91, v.m, p. 15259. Ementa: “DIREITO CIVIL. AÇÃO NEGATORIA DE PATERNIDADE. PRESUNÇÃO LEGAL. PROVA. POSSIBILIDADE. DIREITO DE FAMÍLIA. EVOLUÇÃO. HERMENEUTICA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. I - Na fase atual da evolução do Direito de Família, é injustificável o fetichismo de normas ultrapassadas em detrimento da verdade real, sobretudo quando em prejuízo de legítimos interesses de menor. II - Deve-se ensejar a produção de provas sempre que ela se apresentar imprescindível à boa realização da Justiça. III – O Superior Tribunal de Justiça, pela relevância da sua missão constitucional, não pode deter-se em sutilezas de ordem formal que impeçam a apreciação das grandes teses jurídicas que estão a reclamar pronunciamento e orientação pretoriana.” Ainda: REsp 146.548/GO, Quarta Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, Rel. para o Acórdão César Asfor Rocha, j. 29/08/2000, DJ 05/03/2001, v.m, p. 167;

¹³ DIAS, M. B. Op cit, p. 321.

Neste sentido ainda o TJSP: “Ação de investigação de maternidade c/c anulação de registro civil. Evidências de que o parentesco biológico diverge do assento de nascimento. Irrelevância. Existência de parentesco socioafetivo que sustenta a manutenção do registro civil. Situação consolidada há dezesseis anos, com anuência da suposta mãe biológica. Impossibilidade de desfazimento da filiação socioafetiva, contra o interesse da filha menor e dos pais que constam do assento de nascimento. Ação improcedente, ressalvada a possibilidade da própria filha impugnar a paternidade e a maternidade após a maioridade, na forma do art. 1614 do novo Código Civil. (TJSP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível 403.085.4/0-00, rel. Des. Francisco Loureiro, j. em 23.03.2006)

¹⁴ FACHIN, L. E. p. 169.

família, fruto de ampla reflexão da comunidade jurídica, especialmente junto ao IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), com objetivo de sedimentar paradigmas condizentes com a atual realidade brasileira. Dentre as mudanças propostas, é notável a atenção aos arranjos familiares que traduzam a contemporaneidade, longe de significar desordem. Seu objetivo visa manter a família como núcleo essencial básico que estrutura o ser humano, porém regulamentando formações familiares que padecem ainda de regulamentação, consagrando o afeto como valor norteador destas relações.

De qualquer forma, com base no ordenamento vigente, é plenamente possível sustentar que uma relação de parentalidade construída ao longo dos anos não pode ser ignorada.¹⁵ E, se trazida à tona por meio de uma declaração de vontade, a mesma não pode ser podada pelo julgador, ao contrário, deve reconhecer sua validade e eficácia e não simplesmente utilizar uma avaliação meramente técnica, fechando os olhos para a realidade da vida. E o Direito deve estar a serviço da sociedade, não o contrário. Longe de ser uma letra fria, deve acompanhar a dinâmica da realidade.

A função jurisdicional no contemporâneo Estado de Direito esbarra na questão de uma tutela justa e efetiva, que deve ser aproveitada por aquele cujo direito material fora lesado ou que sofre ameaça de lesão.

CONCLUSÃO

Pontes de Miranda já dizia que “o direito é o mundo dos fatos jurídicos”. Dos fatos que importam ao direito, a afetividade representa uma situação capaz de gerar efeitos jurídicos, até mesmo a criação de parentesco civil “por outra origem”, conforme inteligência do artigo 1.593 do atual Código Civil. Este entendimento é confirmado com o Enunciado 256 da III Jornada do CJF.

Desta forma, o direito abraçou um enfoque mais abrangente, que os limites da do vínculo sanguíneo, para responder à realidade atual das famílias brasileiras, trazendo verdade social às decisões jurídicas.

Pai, como diz o ditado, é aquele que cria, o mesmo se diga da mãe. Os Tribunais têm reconhecido o vínculo afetivo, a posse do estado de filho para dar conta das mais interessantes realidades sociais, como se consta do Acórdão analisado.

Não é mais possível falar em parentalidade sem amor, afeto, garantindo-se a efetiva aplicabilidade dos princípios constitucionais na legislação civil brasileira, mesmo que ela ainda necessite de uma reforma para completar seu mergulho na contemporaneidade.

¹⁵ Importante relembrar que a Lei de Introdução ao Código Civil indica como deverá o magistrado se comportar frente à omissão legislativa, que requer uma interpretação sistemática e integrativa.

De qualquer forma, os avanços jurisprudenciais e doutrinários demonstram a preocupação do Direito brasileiro em se readequar dia-a-dia, na análise do caso concreto, em seguir lado a lado com a realidade sócio-cultural, em confirmar sua tridimensionalidade, como já ensinava Miguel Reale.

O importante é que se é a realidade e não a ficção que moderniza, socializa e humaniza o Direito, a família deve abraçar todas as formas de relação de afeto, a medida que este independe de sexo, cor ou raça. O Direito aplicado à vida social é ontológico, real e pulsante.¹⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. REsp nº 878.941, Distrito Federal, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgamento em 21 de agosto de 2007, publicado no Diário de Justiça em 17 de setembro de 2007, página 267.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS. Maria Berenice. Quem é o pai legal (do filho presumido). Disponível em: <<http://www.pailegal.net/fatiss.asp?rvTextold=1107597250>>. Acesso em: 09 dez. 2009.

FACHIN, Luiz Edson. **Estabelecimento da filiação e paternidade presumida**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992.

FERRAZ, Ana Claudia Brandão de Barros Correia. **Reprodução humana assistida e suas consequências nas relações de família: a filiação e a origem genética sob a perspectiva da repersonalização**. Curitiba: Juruá, 2009.

FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. RÖRHMANN, Konstanze. As famílias pluriparentais ou mosaicos. **Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família**, 2006.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da parentalidade - filiação e os efeitos jurídicos da reprodução heteróloga**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

¹⁶ WELTER, B. P. Igualdade ente as filiações... , p. 57.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume IV: direito de família. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2552>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

_____. Princípio jurídico da afetividade na filiação. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 41, maio 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=527>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

MADALENO, Rolf Hanssen. **Direito de família em pauta**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 6. ed. rev. ampl. e atual. até 28 de março de 2008. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

PERROT, Michelle. O nó e o ninho. **Revista Veja 25 anos**: reflexões para o futuro, São Paulo, p. 75-81, abr. 1993.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da (coord). **Código Civil Comentado**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

SIMÃO, José Fernando. Novamente o afeto. Disponível em <http://www.professorsimao.com.br/artigos_simao_regime_bens_novamenteAfeto.htm>. Acesso em: 29 jun. 2009.

_____. O valor jurídico do afeto: a arte que imita a vida. Disponível em: <http://www.professorsimao.com.br/artigos_simao_CF_03_2007.htm>. Acesso em: 29 jun. 2009.

_____. Parentalidade: o duelo DNA x Afeto – Parte I. A história de João e Maria. Disponível em: <http://www.professorsimao.com.br/artigos_simao_cf1108.html>. Acesso em: 29 jun. 2009.

TARTUCE, Flavio. Novos princípios do direito de família brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1069, 5 jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8468>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil**. v. 5: Família. São Paulo: Método, 2008.

WELTER, Belmiro Pedro. **Igualdade entre as filiações biológica e socioafetiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.